

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006588-52.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Daniela Souza Dias**
Requerido: **ANA CECILIARIBEIRO BONATO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento de danos materiais que a ré provocou ao atropelar uma cachorra de sua filha.

As preliminares arguidas pela ré em contestação encerram matéria de mérito.

A testemunha Samuel Douglas Ferreira da Silva salientou que na oportunidade em apreço conversava com a autora, enquanto a filha dela estava na calçada com sua cachorra na coleira.

Acrescentou que em dado momento a autora, diante da aproximação do automóvel conduzido pela ré, disse para sua filha tomar cuidado, ao que a mesma soltou a coleira.

Com isso, a cachorra foi para a via pública,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

sendo então colhida pelo automóvel da ré.

A testemunha deixou claro que não dispunha de condições para precisar minimamente a velocidade desenvolvida pela ré, ressalvando somente que a seu ver ela não era baixa.

Como nenhuma outra prova foi produzida para esclarecer a dinâmica do episódio trazido à colação, conclui-se que inexistente lastro seguro para levar à ideia de que a ré tivesse infringido qualquer regra de trânsito.

Nada há de concreto nesse sentido especialmente quanto à velocidade de seu automóvel, até porque a única testemunha que presenciou o acidente não forneceu subsídio a esse propósito.

De outra parte, restou positivado que a causa eficiente do resultado havido consistiu na filha da autora ter largado a coleira que a prendia ao animal, possibilitando em consequência sua ida ao leito carroçável e patenteando que o dever de vigilância por parte de seu dono não foi observado a contento.

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida à míngua de ato ilícito que pudesse ser imputado à ré, não se compreendendo o pagamento de algumas despesas por parte dela por si só como reconhecimento de sua responsabilidade.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**